
Grãos do Piauí
Concessionária de
Rodovias SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



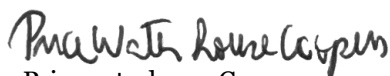
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 5 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:



Assinado por: PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES.25...
CPF: 25229676896

Data/Hora da Assinatura: 05 April 2023 | 20:20 BRT



Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

Índice

| | |
|---|---|
| Balancos patrimoniais..... | 3 |
| Demonstrações dos resultados | 4 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes..... | 5 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 6 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto | 7 |
| Notas explicativas às Demonstrações financeiras | 8 |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

| | <u>Notas</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> | | <u>Notas</u> | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|--------------|-------------------|-------------------|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 5.430 | 1.834 | Fornecedores | 13 | 7.301 | 1.655 |
| Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras | 7 | - | 1.972 | Empréstimos e financiamentos | 14 | 17 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 18 | 4 | Obrigações sociais e trabalhistas | 15 | 682 | 290 |
| Despesas antecipadas | 9 | 589 | 566 | Tributos a recolher | | 634 | 145 |
| Adiantamentos a terceiros | 10 | 3.100 | 1 | Partes relacionadas | 17.1 | 32.888 | - |
| Outros créditos | | 30 | - | Outras contas a pagar | 17.1 | 320 | 271 |
| | | 9.167 | 4.377 | | | 41.842 | 2.361 |
| Realizável a longo prazo | | | | Passivo Não-Circulante | | | |
| Contas a receber | 8 | 22.705 | - | Empréstimos e financiamentos | 14 | 9.944 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 16.1 | 1.326 | 310 | | | 9.944 | - |
| | | 24.031 | 310 | | | | |
| Imobilizado | 11 | 3.360 | 1.435 | Total do passivo | | 51.786 | 2.361 |
| Intangível | 12 | 49.254 | 7.203 | | | | |
| | | 52.614 | 8.638 | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital Social | 18.1 | 36.603 | 11.566 |
| | | | | Prejuízos Acumulados | | (2.577) | (602) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 34.026 | 10.964 |
| Total do ativo | | 85.812 | 13.325 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 85.812 | 13.325 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

| | Nota | 31/12/2022 | Período de 07 de julho a 31/12/2021 |
|---|------|----------------|---|
| Receita de construção | | 72.034 | - |
| Custo de construção | | (72.034) | - |
| Resultado bruto | | - | - |
| Despesas operacionais: | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (2.664) | (926) |
| Outras despesas operacionais | 20 | (371) | |
| Prejuízo antes das despesas e receitas financeiras | | (3.035) | (926) |
| Receitas financeiras | | 73 | 15 |
| Despesas financeiras | | (29) | (1) |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (2.991) | (912) |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 16.1 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 16.1 | 1.016 | 310 |
| Prejuízo do exercício/período | | (1.975) | (602) |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

| | 31/12/2022 | Período de 07 de julho a 31/12/2021 |
|--|-------------------|--|
| Prejuízo do exercício/período | (1.975) | (602) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total de outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício/período | (1.975) | (602) |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

| | <u>Capital social</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total do patrimônio líquido</u> |
|---|-----------------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Saldos em 07 de julho de 2021 | - | - | - |
| Integralização de capital (nota 18.1) | 11.566 | - | 11.566 |
| Prejuízo do período | - | (602) | (602) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 11.566 | (602) | 10.964 |
| Integralização de capital (nota 18.1) | 25.037 | - | 25.037 |
| Prejuízo do exercício | - | (1.975) | (1.975) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 36.603 | (2.577) | 34.026 |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | | (2.991) | (912) |
| Ajuste para: | | | |
| Depreciação e amortização | 20 | 188 | - |
| Baixas de ativos imobilizados e intangíveis | | 154 | - |
| | | (2.649) | (912) |
| Contas a receber | 8 | (22.705) | - |
| Fornecedores | 13 | 5.646 | 1.655 |
| Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar | 15 | 881 | 435 |
| Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes | | (3.086) | (296) |
| | | (19.264) | 1.794 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos | | (14) | (4) |
| Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras | | 1.972 | (1.972) |
| Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais | | (19.955) | (1.094) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Adições ao ativo imobilizado | 11 | (2.192) | (1.435) |
| Adições ao ativo intangível | 12 | (42.126) | (7.203) |
| Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento | | (44.318) | (8.638) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Integralização e aumento de capital | 18.1 | 25.037 | 11.566 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 17.1 | 32.888 | - |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 14 | 9.944 | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | | 67.869 | 11.566 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 3.596 | 1.834 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | |
| No início do período | 7 | 1.834 | - |
| No final do período | 7 | 5.430 | 1.834 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 3.596 | 1.834 |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima constituída em 07 de julho de 2021, com sede em Teresina, Estado do Piauí, Brasil, que tem como atividade principal realizar, sob regime de concessão patrocinada, destinada à prestação de serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária, e assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão das rodovias PI-397 e PI-262 ("Transcerrados"), onde a CS Brasil Transportes ("CS Brasil") detinha 64% de participação. Em 30 de dezembro de 2022, a controladora CS Brasil Transportes vendeu a totalidade de sua participação na Companhia para a CS Infra S.A ("CS Infra"), passando esta a ser a controladora. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A ("Grupo Simpar"), detentora de 100% das ações da CS Infra.

1.1 Contrato de concessão

Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para prestação dos serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária dos trechos das rodovias Transcerrados e Estrada Palestina, no estado do Piauí, nos termos das disposições do contrato, em especial do Programa de Exploração Rodoviário - PER.

A rodovia Transcerrados é uma das principais rotas de escoamento para produção de grãos no Piauí, e é a maior intervenção rodoviária já executada no Estado. Ela interligará a região dos Cerrados Piauienses e garantirá melhores condições aos agricultores. Confira os benefícios:

São 276,8 km de rota ligada com estradas para escoamento da produção. A rodovia possui localização estratégica para o escoamento da produção de grãos para exportação e está inserida na região MATOPIBA, que se destaca pela produção de milho, soja e algodão.

A região de MATOPIBA interliga as rodovias BR-230, BR-020, BR-343, BR-222, BR-135, BR-316 e BR-232.

O prazo do contrato é de 30 anos, contados da data de assinatura do Termo de Transferência de Posse do Sistema Rodoviário, o qual foi realizado em 28 de dezembro de 2021.

O contrato prevê a construção de quatro praças de pedágio, bases de apoio aos usuários do Sistema Rodoviário, bases operacionais, uma Central de Controle Operacional (CCO), duas praças de pesagem de veículos de carga, pavimentação, acessos, alças, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, acostamentos e quaisquer elementos dentro dos limites das faixas de domínio, bem como a manutenção e operação de todo este aparato.

A remuneração da concessionária será a receita bruta composta por receita tarifária, contraprestação pecuniária e receitas marginais. A contraprestação será devida à Concessionária após o início da cobrança de pedágio e será proporcional ao andamento das obras de pavimentação, desde que atendidos os requisitos contratuais e os indicadores de desempenho. À medida que as obras forem concluídas, cresce o percentual de contraprestação a ser pago e os valores contabilizados via receita de pedágio.

A Concessionária deverá atender aos IQD (Índices de Qualidade de Desempenho) a serem avaliados por Verificador Independente, contratado pela concessionária e selecionado pelo Estado do Piauí. O Verificador Independente será responsável pelo cálculo do valor a ser pago a título de contraprestação.

A CS Grãos do Piauí segue com os investimentos previstos no contrato e, ao longo de 2023, inaugurará a primeira praça de pedágio, marcando o início da remuneração tarifada e o recebimento da contraprestação mensal do Poder Concedente. Para viabilizar o montante investido até o momento, foi necessário realizar a captação de recursos próprios, além dos financiamentos previstos e com o início das operações, a Administração entende que a geração de caixa além do fluxo de liberações dos financiamentos já contratados, serão suficientes para fazer frente as obrigações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve reconhecimento de receita de construção no montante de 72.034, em contrapartida aos custos incorridos na construção. Não houve, entretanto, reconhecimento de receita tarifária, pois a concessão encontra-se em estágio pré-operacional.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos realizados registrados nas atividades de construção no montante de R\$ 72.034, estão registrados nos balanços patrimoniais da seguinte forma:

| | |
|---|---------------|
| Intangível | 49.329 |
| Contas a receber - contraprestação (nota 8) | 22.705 |
| Total | 72.034 |

1.2 Situação financeira e planos da Administração

A Companhia apresenta ao final do exercício de 2022 excesso de passivos circulantes em relação aos ativos circulantes no montante de R\$ 32.675. A Administração entende que esta situação ocorre em função de sua fase pré-operacional. Os investimentos realizados são contabilizados em bens do ativo intangível, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R) – Contrato de Concessão para geração de caixa em exercícios futuros, com baixo investimento em capital de giro, conseqüentemente no ativo circulante.

O modelo de negócios da Companhia é baseado no contrato de concessão e tem expectativa de geração de caixa por todo o seu prazo. Assim, considerando o retorno que será obtido a partir do início da fase operacional do contrato de concessão, a geração de caixa é suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais poderão ser cumpridas mediante captações alternativas de recursos.

1.3 Licenças e autorizações

É de responsabilidade da Concessionária requerer, custear e obter todas as licenças ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) e autorizações (certidões, alvarás, etc.) necessárias à implementação e operação do sistema rodoviário, bem como à execução das obras a serem implantadas.

1.4 Ônus de contrato

Para execução da fiscalização da concessão, a Companhia deve arcar trimestralmente com valor de "ônus de fiscalização" em valor total equivalente a 2% (dois por cento) sobre a totalidade da receita tarifária bruta auferida pela Concessionária no período.

Considerando que as atividades da concessão estão em fases iniciais de construção, não houve geração e reconhecimento de receita no exercício de 2022 e, portanto, não houve também montante de ônus de contrato.

1.5 Situação da COVID-19

A Companhia continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores.

1.6 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia

A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. Em consequência das tensões causadas pelo conflito, a administração está acompanhando os impactos nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar dos repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com agregados e terceiros e nos custos de combustível e lubrificantes.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.7 Sustentabilidade e meio ambiente

A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos:

- regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas;
- tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo;
- de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e
- reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

Mudanças climáticas

Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Companhia é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo.

Nesse sentido, em 2022, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor.

Em 2022, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento “Empresários pelo Clima” e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil.

Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observamos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais.

Gestão de recursos naturais

O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Companhia certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores.

Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerrefino, por empresa especializada, permitindo o reuso.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas.

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As Demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa 7.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Todos os ativos financeiros serão reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

| | |
|---------------------------------------|---|
| Ativos financeiros a VJR | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

2.4.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.4.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

2.4.5 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.5 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

d) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos, os quais a Companhia fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

2.6 Intangível

2.6.1 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas na nota explicativa 16.

2.6.2 Contratos de concessão

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias e contrato de concessão rodoviária em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos, dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Companhia contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.8 Provisões

2.8.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9 Reconhecimento de receitas de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir, manter e recuperar a infraestrutura do Sistema Rodoviário e, conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. A receita referente a serviços de construção, reconhecido em observação ao item 43 da orientação técnica supramencionada, não é tributável.

Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços.

Quando a Companhia presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra.

A Administração da Companhia entende que os custos só existem em função das obras do Sistema Rodoviário, os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual à zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ativo financeiro é reconhecido ao mesmo momento em que a receita de construção é auferida, com base na receita projetada do projeto e a contraprestação pecuniária do Poder Concedente.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da *Companhia* e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Contabilização do contrato de concessão

A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e ativo financeiro; e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

A Companhia entende que a melhor demonstração dos gastos com construção na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionado ao ativo intangível, é enquadrada no grupo de atividades de investimento, uma vez que os gastos só ocorrem diante da expectativa de rentabilidade futura com o contrato de concessão, em consoante com o determinado no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve reconhecimento de receita operacional do contrato de concessão pois a concessão encontra-se em estágio pré-operacional com receita inicial estimada para o primeiro semestre de 2023.

b) Reconhecimento de ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”):

•Alteração ao IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações esclarecem que os passivos são classificados como

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). Adicionalmente, esclarecem a que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “políticas contábeis relevantes”, sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**IFRS 10 / CPC 36(R3) e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial.

•**IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de Seguro:** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**5.1 Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

| Ativos, conforme balanço patrimonial | 31/12/2022 | | |
|--------------------------------------|---|------------------|---------------|
| | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 5.430 | 5.430 |
| Contas a receber | - | 22.705 | 22.705 |
| Outros créditos | - | 30 | 30 |
| | - | 28.165 | 28.165 |
| Ativos, conforme balanço patrimonial | 31/12/2021 | | |
| | Ativos ao valor justo por meio do resultado – Nível 2 | Custo amortizado | Total |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 1.834 | 1.834 |
| Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras | 1.972 | - | 1.972 |
| | 1.972 | 1.834 | 3.806 |

| | 31/12/2022 | |
|---|-------------------------|---------------|
| | Custo amortizado | Total |
| Passivos, conforme balanço patrimonial | | |
| Fornecedores | 7.301 | 7.301 |
| Empréstimos e financiamentos | 9.961 | 9.961 |
| Partes relacionadas | 32.888 | 32.888 |
| Outras contas a pagar | 320 | 320 |
| | 50.470 | 50.470 |

| | 31/12/2021 | |
|---|-------------------------|--------------|
| | Custo amortizado | Total |
| Passivos, conforme balanço patrimonial | | |
| Fornecedores | 1.655 | 1.655 |
| Outras contas a pagar | 271 | 271 |
| | 1.926 | 1.926 |

Os ativos e passivos são mensurados ao valor justo de acordo com a hierarquia de valorização abaixo:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis;

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, está demonstrada a seguir:

| | Valor contábil | Valor justo |
|-------------------------------|-----------------------|--------------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2022 |
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.430 | 5.430 |
| Contas a receber | 22.705 | 22.705 |
| Outros créditos | 30 | 30 |
| Total | 28.165 | 28.165 |

| | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
|-------------------------------|---------------------------|-------------------|
| | Ativos financeiros | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.834 | 1.834 |
| Contas a receber | 1.972 | 1.972 |
| Total | 3.806 | 3.806 |

| Valor contábil | Valor justo |
|-----------------------|--------------------|
|-----------------------|--------------------|

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|------------------------------|----------------------|----------------------|
| Passivos financeiros | | |
| Fornecedores | 7.301 | 7.301 |
| Empréstimos e financiamentos | 9.961 | 9.777 |
| Partes relacionadas | 32.888 | 32.888 |
| Outras contas a pagar | 320 | 320 |
| Total | <u>50.470</u> | <u>50.286</u> |
| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2021</u> |
| Passivos financeiros | | |
| Fornecedores | 1.655 | 1.655 |
| Outras contas a pagar | 271 | 271 |
| Total | <u>1.926</u> | <u>1.926</u> |

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Companhia possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora Simpar, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

i. Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

| Rating em Escala Local "Br" | |
|------------------------------------|------------------|
| Nomenclatura | Qualidade |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | |
|----|-----------------|--|
| Br | AAA | Prime |
| Br | AA+, AA, AA- | Grau de Investimento Elevado |
| Br | A+, A, A- | Grau de Investimento Médio Elevado |
| Br | BBB+, BBB, BBB- | Grau de Investimento Médio Baixo |
| Br | BB+, BB, BB- | Grau de Não Investimento Especulativo |
| Br | B+, B, B- | Grau de Não Investimento Altamente Especulativo |
| Br | CCC | Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo |
| Br | DDD, DD, D | Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória |

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|--------------|--------------|
| Valores depositados em conta corrente | 322 | 144 |
| Br AAA | 5.108 | 1.690 |
| Total de aplicações financeiras | 5.108 | 1.690 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 5.430 | 1.834 |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------|--------------|
| Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras | | |
| Br AAA | - | 1.972 |
| Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras | - | 1.972 |

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Companhia afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 5.3.1.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

| | | | 31/12/2022 | | |
|-----------------------------|----------|------------------|------------|------------|-----------------|
| | Contábil | Fluxo contratual | Até 1 ano | Até 2 anos | Acima de 3 anos |
| Passivos financeiros | | | | | |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | | | |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| Fornecedores | 7.301 | 7.301 | 7.301 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 9.961 | 16.619 | 653 | 1.779 | 14.187 |
| Partes relacionadas | 32.888 | 32.888 | 32.888 | - | - |
| Outras contas a pagar | 320 | 320 | 320 | - | - |
| Total | 50.470 | 57.128 | 41.162 | 1.779 | 14.187 |

| | 31/12/2021 | | |
|-----------------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Contábil | Fluxo contratual | Até 1 ano |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | 1.655 | 1.655 | 1.655 |
| Outras contas a pagar | 271 | 271 | 271 |
| Total | 1.926 | 1.926 | 1.926 |

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|--------------|--------------|
| Bancos | 322 | 144 |
| Total de disponibilidades | 322 | 144 |
| CDB - Certificado de depósitos bancários | 301 | 1.673 |
| Letras financeiras | - | 17 |
| Operações compromissadas | 4.807 | - |
| Total de aplicações financeiras | 5.108 | 1.690 |
| Total | 5430 | 1.834 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 14,92% a.a. (9,06 % a.a. em 31 de dezembro de 2021).

7. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

| Operações | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------|--------------|
| Títulos públicos - Fundos exclusivos | | |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro | - | 817 |
| LTN - Letras do Tesouro Nacional | - | 1.155 |
| Total | - | 1.972 |
| Ativo circulante | - | 1.972 |
| Ativo não circulante | - | - |
| Total | - | 1.972 |

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi equivalente a 13,87% a.a. (9,06 % a.a. em 31 de dezembro de 2021)

8. Contas a receber

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|------------|
| Contraprestação – Poder Concedente (a) | 22.705 | - |
| Total | 22.705 | - |
| Ativo circulante | - | - |
| Ativo não circulante | 22.705 | - |
| Total | 22.705 | - |

(a) O montante de R\$ 22.705 registrado é proporcional ao avanço da obra em relação ao fluxo projetado de contraprestação a ser pago pelo Poder Concedente, após o início da cobrança de pedágio (prevista para abril de 2023), desde que atendidos

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os requisitos contratuais e os indicadores de desempenho. À medida que as obras forem concluídas, cresce o percentual de contraprestação a ser paga.

8.1 Classificação por vencimento (aging list) e perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber

| | 31/12/2022 | | |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| | Contas a receber | Perdas esperadas | Total líquido |
| Total a vencer | 22.705 | - | 22.705 |
| Vencidos em até 30 dias | - | - | - |
| Vencidos de 31 a 90 dias | - | - | - |
| Vencidos de 91 a 180 dias | - | - | - |
| Vencidos de 181 a 365 dias | - | - | - |
| Vencidos a mais de 365 dias (i) | - | - | - |
| Total vencidos | - | - | - |
| Total | 22.705 | - | 22.705 |

9. Despesas antecipadas

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Seguros a apropriar | 589 | 566 |
| Total | 589 | 566 |

10. Adiantamento a terceiros

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Adiantamentos a fornecedores | 3.091 | - |
| Adiantamentos a funcionários | 9 | 1 |
| Total | 3.100 | 1 |

11. Imobilizado

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

| | Veículos | Total |
|----------------------------------|-----------------|--------------|
| Custo: | | |
| Em 07 de julho de 2021 | - | - |
| Adições | 1.435 | 1.435 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 1.435 | 1.435 |
| Adições | 2.192 | 2.192 |
| Baixas de ativos | (79) | (79) |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 3.548 | 3.548 |
| Depreciação acumulada: | | |
| Em 07 de julho de 2021 | - | - |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | |
|---|--------------|--------------|
| Despesa de depreciação no período | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2021 | - | - |
| Despesa de depreciação no período | (188) | (188) |
| Em 31 de dezembro de 2022 | (188) | (188) |
| Saldos líquidos: | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.435 | 1.435 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 3.360 | 3.360 |
| Taxa de depreciação no período | | |
| Veículos leves: | 2,85% | |
| Veículos pesados, máquinas e equipamentos: | 6,29% | |

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Intangível

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

| | Contrato de concessão (i) | Intangível em andamento (ii) | Softwares de terceiros | Total |
|-----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------|
| CUSTOS | | | | |
| Em 07 de julho de 2021 | - | - | - | - |
| Adições | - | 7.203 | - | 7.203 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | - | 7.203 | - | 7.203 |
| Adições | - | 41.337 | 789 | 42.126 |
| Baixas | - | (75) | - | (75) |
| Transferências | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2022 | - | 48.465 | 789 | 49.254 |
| AMORTIZAÇÃO | | | | |
| Em 07 de julho de 2021 | - | - | - | - |
| Despesa de amortização no período | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2021 | - | - | - | - |
| Despesa de amortização no período | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2022 | - | - | - | - |
| RESIDUAL | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2021 | - | 7.203 | - | 7.203 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | - | 48.465 | 789 | 49.254 |

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem a Infraestrutura Rodoviária.

(ii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como construção, pavimentação, recuperação e consultorias de apoio referente a Infraestrutura Rodoviária do Contrato de Concessão

Grupo de Trabalho Controladora de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Fornecedores

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Serviços contratados | 3.129 | 1.416 |
| Peças e manutenção | 1.915 | - |
| Partes relacionadas (nota 16.1) | 184 | - |
| Outros | 2.073 | 239 |
| Total | 7.301 | 1.655 |

14. Empréstimos

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

| Modalidade | Taxa média a.a. | Estrutura taxa média | Vencimento | 31/12/2022 | | | Movimentação | | 31/12/2021 | | |
|------------|-----------------|----------------------|------------|------------|----------------|--------------|-----------------|---------------------------------------|------------|----------------|----------|
| | | | | Circulante | Não circulante | Total | Novos contratos | Juros apropriados ao ativo intangível | Circulante | Não circulante | Total |
| FNE (i) | 5,62% | IPCA + 2,53% | ago/2038 | 17 | 9.944 | 9.961 | 9.944 | 17 | - | - | - |
| | | | | 17 | 9.944 | 9.961 | 9.944 | 17 | - | - | - |

- (i) FNE referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de construção e gestão da rodovia. Possuem vencimentos variados, com carência de trinta e seis meses. Alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. Não foram dados ativos em garantia, tampouco cláusulas de vencimento antecipado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Provisões de férias | 312 | 66 |
| Salários | 174 | 136 |
| INSS | 160 | 69 |
| FGTS | 36 | 19 |
| | 682 | 290 |

16. Imposto de renda e contribuição social**16.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Imposto diferido ativo | | |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 1.326 | 310 |
| Total do imposto diferido ativo | 1.326 | 310 |

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

Grupo de Trabalho Consultoria de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | |
|---|--------------|
| Saldos em 07 de julho de 2021 | - |
| IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período | 310 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 310 |
| IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período | 1.016 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 1.326 |

16.2 Prazo estimado de Realização

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2022 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os próximos 3 exercícios.

16.3 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (2.991) | (912) |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | 1.017 | 310 |
| Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes | (1) | - |
| IRPJ e CSLL apurados | 1.016 | 310 |
| Corrente | - | - |
| Diferido | 1.016 | 310 |
| IRPJ e CSLL no resultado | 1.016 | 310 |
| Alíquotas efetivas | -34,0% | -34,0% |

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

17. Partes relacionadas**17.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)**

As naturezas dos saldos em contas do balanço patrimonial com partes relacionadas referem-se a transações compostas por outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas.

| | Passivo | | | | | |
|----------------------------|---------------------|-------------------|----------------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| | Fornecedores | | Partes relacionadas | | Outras contas a pagar | |
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Partes relacionadas | | | | | | |
| JSL S/A | - | - | - | - | 13 | 6 |
| CS Brasil | - | - | - | - | 290 | 255 |
| CS Brasil Frotas | 143 | - | - | - | 15 | 10 |
| Movida | 39 | - | - | - | - | - |
| Simpar | 2 | - | - | - | - | - |
| CS Infra (a) | - | - | 25.604 | - | - | - |

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | | | | |
|----------------|------------|----------|---------------|----------|------------|
| MTSul (a) | - | - | 6.857 | - | - |
| Serveng (a) | - | - | 427 | - | - |
| Total | 184 | - | 32.888 | - | 318 |
| Circulante | - | - | 32.888 | - | 271 |
| Não circulante | 184 | - | - | - | - |
| Total | 184 | - | 32.888 | - | 271 |

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital

18. Patrimônio líquido**18.1 Capital social**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 36.603 dividido em 36.603 ações, sendo 64% de sua controladora CS Infra e 36% distribuídos entre as demais acionistas: 17,25% - B2I Participações Ltda, 17,25% - MTSUL Construções Ltda. e 1,50% SERVENG Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia.

| | Valor | Ações |
|---|---------------|---------------|
| Saldos em 07 de julho de 2021 | - | - |
| Integralização de capital | 11.566 | 11.566 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 11.566 | 11.566 |
| Integralização de capital (i) | 25.037 | 25.037 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 36.603 | 36.603 |

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia aportou a importância de R\$ 25.037 mediante integralização de 25.037.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

19. Cobertura de seguros

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Seguros para garantias de obrigações públicas

Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

| Serviços Segurados | Vigência | Cobertura |
|---|-------------------------|------------------|
| Danos a rodovia | 25/09/2022 - 25/09/2023 | 227.182 |
| Garantia de execução da obra | 09/09/2022 - 25/02/2024 | 20.786 |
| Garantia de execução da obra | 09/09/2022 - 05/02/2025 | 130.700 |
| Garantia de cumprimento da manutenção, melhorias, e operação rodoviária dos trechos das rodovias Transcerrados e Estrada Palestina. | 23/07/2022 - 23/07/2023 | 16.718 |
| Garantia de execução da obra | 25/09/2022 - 25/09/2023 | 6.200 |
| Obras de melhoria da rodovia. | 13/01/2022 - 03/07/2023 | 3.240 |
| Garantia de execução da obra | 09/09/2022 - 31/01/2025 | 1.220 |

Adicionalmente, a Companhia possui seguro garantia cuja cobertura contratada é considerada pela Companhia suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros são de R\$ 406.046 com início de vigência em 13 de janeiro de 2022 e fim em 05 de fevereiro de 2025 tendo como segurado o Ministério da Infraestrutura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo é garantir a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para a Companhia, encontrando-se também garantidos os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, podendo ainda ser contratada, com verba específica independente, a cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias.

20. Gastos por natureza

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

| | <u>31/12/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal e encargos | (5.900) | (863) |
| Depreciação e amortização | (188) | - |
| Baixas de ativos intangíveis | (75) | - |
| Comunicação | (76) | - |
| Prestação de serviços | (42.499) | - |
| Materiais de consumo | (1.033) | - |
| Materiais para construção | (23.311) | - |
| Aluguéis de imóveis | (162) | - |
| Outros custos | (1.825) | (63) |
| | <u>(75.069)</u> | <u>(926)</u> |
| Custo de construção da concessão | (72.034) | - |
| Despesas administrativas | (2.664) | (926) |
| Outras despesas operacionais | 371 | - |
| | <u>(75.069)</u> | <u>(926)</u> |

21. Eventos subsequentes**21.1 Captação de empréstimo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**

Em 14 de março de 2023 houve liberação de parcela do financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor total de R\$ 11.020, para viabilizar os investimentos e as melhorias necessárias para o cumprimento do contrato de concessão

Certificate Of Completion

| | |
|---|--|
| Envelope Id: C4D8F8C51839404C9834C053CB342F96 | Status: Completed |
| Subject: Complete with DocuSign: GRAOSDOPIAUI22.DEZ.pdf | |
| LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS) | |
| Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables | |
| Source Envelope: | |
| Document Pages: 32 | Signatures: 1 |
| Certificate Pages: 2 | Initials: 0 |
| AutoNav: Enabled | Envelope Originator: |
| Envelopeld Stamping: Enabled | Moara Bueno |
| Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia | Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca |
| | São Paulo, SP 05001-100 |
| | moara.bueno@pwc.com |
| | IP Address: 54.94.237.112 |

Record Tracking

| | | |
|---|---|--------------------|
| Status: Original 05 April 2023 17:05 | Holder: Moara Bueno moara.bueno@pwc.com | Location: DocuSign |
| Status: Original 05 April 2023 20:20 | Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com | Location: DocuSign |

Signer Events

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
priscila.paschoal@pwc.com
Associated Partner
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

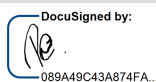
Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature



Signature Adoption: Drawn on Device
Using IP Address: 18.231.224.80

Timestamp

Sent: 05 April 2023 | 17:05
Viewed: 05 April 2023 | 20:18
Signed: 05 April 2023 | 20:20

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Moara Bueno
moara.bueno@pwc.com
PwC BR



Sent: 05 April 2023 | 20:20
Viewed: 05 April 2023 | 20:20
Signed: 05 April 2023 | 20:20

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

| Envelope Summary Events | Status | Timestamps |
|--------------------------------|------------------|-----------------------|
| Envelope Sent | Hashed/Encrypted | 05 April 2023 17:05 |
| Envelope Updated | Security Checked | 05 April 2023 20:17 |
| Envelope Updated | Security Checked | 05 April 2023 20:17 |
| Certified Delivered | Security Checked | 05 April 2023 20:18 |
| Signing Complete | Security Checked | 05 April 2023 20:20 |
| Completed | Security Checked | 05 April 2023 20:20 |

| Payment Events | Status | Timestamps |
|-----------------------|---------------|-------------------|
|-----------------------|---------------|-------------------|